

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura
Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar
Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Programa de Aquisição de Alimentos teve investimento de R\$ 5 bilhões em 10 anos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/07/2013	3
Crédito do Banco do Brasil para safra 2013/14 cresce 14%, para R\$ 70 bilhões. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 02/07/2013.....	4
Plano Safra Semiárido traz medidas para fortalecer a agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/07/2013	5
PAA beneficia mais de 800 mil pequenos produtores em 10 anos. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/07/2013	7
Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos. Emanuel Alencar – O Globo, Rio. 13/07/2013	8
No rádio, Dilma promete tornar semiárido região produtiva – O Globo, País. 15/07/2013.....	10
Agricultores familiares do Nordeste poderão ter dívidas perdoadas – Site do MST. 17/07/2013.....	11
Conab firma acordo com Banco da Amazônia para impulsionar ações do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/07/2013	12
Desembolsos de crédito rural atingem R\$ 139,7 bi em 2012/13. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013.....	12
Desembolsos do Pronaf somaram R\$ 19,2 bi na safra passada. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 29/07/2013.....	13
Programa da União completa dez anos garantindo renda a agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/07/2013	14
Programa de crédito da agricultura familiar brasileira é referência para Tanzânia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/07/2013	16

Programa de Aquisição de Alimentos teve investimento de R\$ 5 bilhões em 10 anos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/07/2013

Desde a criação do PAA, o governo federal já adquiriu mais de 3 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar. Com isso, beneficiou mais de 190 mil produtores rurais de baixa renda. Plano Safra prevê mais R\$ 1,2 bilhão em recursos até 2014.

Brasília, 2 – Nesta terça-feira (2), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), completa 10 anos. Nesse período, por meio do programa, o governo federal investiu R\$ 5 bilhões para adquirir mais de 3 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar, o que beneficiou mais de 190 mil famílias.

Desde a sua criação, o volume anual de recursos aplicados passou de R\$ 143 milhões em 2003 para R\$ 970 milhões em 2012 - crescimento de 580%. Em junho deste ano, a presidenta Dilma Rousseff anunciou que o PAA vai investir R\$ 1,2 bilhão para a safra 2013/2014.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, classifica o programa como inovador. “Ele tem uma metodologia de execução que permite que, com o mesmo recurso, haja o fortalecimento da agricultura, a dinamização das economias locais, a promoção da segurança alimentar e a valorização de hábitos alimentares regionais, além de fortalecer a rede pública de alimentação e nutrição.”

O PAA atua em diversas frentes. Ele beneficia os agricultores com a garantia da comercialização dos seus produtos, apoiando o abastecimento do mercado interno, e atende às redes socioassistencial, escolar e de equipamentos de nutrição com a doação de alimentos. “Um dos grandes desafios da agricultura familiar é justamente a comercialização. O PAA contribui para a solução desse problema não só pela compra direta, mas pelo impacto dessa compra no mercado local”, explica Campos. “Em muitos casos, o programa passou a balizar os preços, diminuindo o aviltamento que o produtor sofria justamente por ele ter a opção de vender a sua produção para o governo.”

A Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Ibirubá (Coopeagri), no Rio Grande do Sul, comercializa mais de 20 tipos de alimentos no programa. Os principais produtos são arroz colonial, farinha de trigo tipo 1, mandioca, batata doce, laranja valência e tangerina ponkan. Por ano, a cooperativa produz mais de 130 toneladas de alimentos. Desse total, cerca de 80% são destinados ao programa.

“O PAA é uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento da cooperativa e de seus associados, que têm no programa uma garantia real de comercialização o ano todo. Levando em conta que cerca de 90% dos associados da cooperativa são agricultores familiares, o programa se torna ainda mais importante para garantir a diversificação da

produção garantindo, assim, a permanência destes pequenos produtores no campo”, explica Diego Budke, secretário da Coopeagri.

Além de garantir mercado com preços justos, o PAA valoriza a cultura alimentar local. Por meio dele, houve o aumento na variedade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, estimulando a alimentação saudável e com produtos mais frescos. São mais de 3 mil diferentes produtos adquiridos, sendo que os principais são: leite e derivados (28%), hortaliças (16%), frutas (12%), seguidos por feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas.

Mais recursos – Para a safra 2013/2014, o governo federal ampliou os limites de compra por família, garantindo mais recursos aos agricultores familiares. Na modalidade Doação Simultânea, o valor máximo passa de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil por ano. Se os produtores estiverem organizados em associações e cooperativas, o limite sobe de R\$ 4,8 mil para R\$ 6,5 mil por família. E, se houver mais de 50% das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o teto de aquisição passa a ser de R\$ 8 mil.

Hoje, cerca de 43% dos agricultores familiares que vendem seus produtos para o PAA estão no Cadastro Único. A expectativa é que, com as novas regras, o percentual aumente ainda mais, reforçando as ações de superação da miséria no país. As novas regras valorizam ainda a produção orgânica e agroecológica de alimentos e produtos da sociobiodiversidade.

Mulheres – O secretário nacional do MDS destaca a participação das mulheres, que já chega a quase 40%. “O programa busca a inclusão produtiva, a produção sustentável e a equidade de gênero. E as mulheres têm participação em muitos dos produtos que são comercializados no programa. Quando falamos em hortas, frutas, pães e biscoitos, entre outros, em muitos casos são as mulheres que lideram essas atividades. E, no PAA, elas têm a oportunidade de comercializar seu produto e obter renda.”

Crédito do Banco do Brasil para safra 2013/14 cresce 14%, para R\$ 70 bilhões. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 02/07/2013

Com os custos de produção em alta no campo e as cotações de algumas commodities em queda, o Banco do Brasil anunciou ontem que vai disponibilizar R\$ 70 bilhões em crédito para a safra de grãos 2013/14, iniciada oficialmente ontem. Trata-se de um aumento de 14% em relação aos R\$ 61,5 bilhões emprestados na temporada passada e de 27% ante os R\$ 55 bilhões inicialmente projetados para o ciclo 2012/13.

Além de mais dinheiro, o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) de 2013/14 prevê uma maior partição de recursos com juros controlados e mais baixos, prazos mais longos de pagamento, além de linhas para investimento em logística e agricultura de baixo carbono, enfatizou ontem o vice-presidente de Agronegócios do BB, Osmar Dias.

Do montante a ser repassado pelo Banco do Brasil, R\$ 13,2 bilhões são destinados a financiar a agricultura familiar. Outros R\$ 56,8 bilhões estão disponíveis para médios e grandes produtores, além de cooperativas rurais. "Os programas de investimento do banco estão ajudando a gerar empregos no campo. Hoje [ontem] anunciamos o maior plano safra da história e um recorde de recursos do BB", afirmou Dias.

Do total, 94% serão emprestados a juros controlados - nas linhas para financiar investimentos, 99% dos recursos têm juros controlados; nas de custeio e comercialização da safra, 92%.

Com uma carteira rural de cerca de R\$ 108 bilhões, o BB registrou, no primeiro trimestre, taxa de inadimplência de 0,6%. O resultado, divulgado pelo vice-presidente de Agronegócios do BB, foi considerado excelente. "O desembolso está acima das previsões em todas as linhas, e a inadimplência se mantém baixa", explicou Dias.

As linhas enquadradas na Política de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) somam R\$ 10,1 bilhões, 39% a mais do que o projetado para a safra 2012/13 e 8% a mais do que o desembolsado no período. A participação de mercado do banco nessa categoria é de quase 90%. Na agricultura familiar, serão disponibilizados R\$ 13,2 bilhões, alta de 26% ante o projetado e de 12% sobre o desembolsado na safra 2012/13.

Um dos destaques do BB é o custeio antecipado, que permite negociar insumos antes do início da safra. Na safra passada, foram desembolsados R\$ 5,2 bilhões, 43% acima do contratado na safra passada. Os recursos ficam à disposição a partir de fevereiro. A ferramenta permite comprar os produtos antes da alta dos preços que vem com a forte demanda em junho e julho. Para o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), o banco vai disponibilizar R\$ 4 bilhões para a safra atual, 56% acima do montante desembolsado no ciclo anterior.

Osmar Dias voltou a repetir que, a exemplo da safra 2012/13, não faltará dinheiro ao produtor. Segundo o vice-presidente de agronegócios, caso todos os recursos de uma linha sejam contratados, o banco vai disponibilizar mais. "Não vamos deixar faltar dinheiro nem para o pequeno produtor nem para o médio", disse.

Plano Safra Semiárido traz medidas para fortalecer a agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/07/2013

Ações do MDS vão reforçar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e fomento e a compra de produtos para alimentação animal e simplificarão as regras do Programa Cisternas para universalizar o acesso à água

Brasília, 4– O governo federal lançou nesta quinta-feira (4), em Salvador, o Plano Safra Semiárido, que traz um conjunto de medidas para fortalecer a agricultura familiar e amenizar os efeitos da seca sobre a produção agropecuária na região. A presidenta Dilma Rousseff e os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participaram do evento.

“Este plano é o reconhecimento de que é possível conviver com a seca, de que ela pode ser controlada. Mas ele também tem uma missão: garantir não só a dignidade e a renda aos produtores, mas transformar essa região em um polo competitivo, aproveitando as potencialidades e investindo no que há de melhor na produção local”, afirmou Dilma Rousseff.

Entre as medidas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que fazem parte do Plano Safra Semiárido, está a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e de recursos de fomento para 30 mil famílias que já possuem tecnologias de acesso à água para produção. O valor do fomento será de R\$ 3 mil, em recursos não reembolsáveis, para execução de projetos de estruturação produtiva.

A presidenta destacou que a capacidade de conviver com a seca implica estimular a produção agropecuária com as condições mais favoráveis ao Semiárido e que quase 2 milhões de pessoas devem ser atingidas pelo Plano Safra. “Estes quase 2 milhões de produtores, eles e suas famílias, estão no centro desse plano”, disse. Dilma Rousseff também assegurou que o governo federal não deixará de realizar medidas emergenciais em casos de estiagem mais severa. “Eu sei que, quando vem uma seca como essa atual, mesmo com um plano estruturado e com medidas permanentes, precisaremos de ações emergenciais. Mas elas serão residuais”, garantiu.

Para amenizar os efeitos da estiagem e prevenir as perdas de rebanhos de pequenos produtores rurais, o MDS e o MDA irão investir R\$ 150 milhões neste ano. Como medida preventiva, serão adquiridas e doadas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sementes e mudas de produtos destinados à alimentação animal. Em caso de situação de emergência ou estado calamidade, o PAA ainda poderá comercializar aos agricultores familiares, com valor abaixo do mercado, alimentos para os rebanhos.

“É importante que o produtor tenha condições de suportar os períodos de estiagem. Para isso, temos que fazer pelo menos duas coisas: captar água, que estamos enfrentando com o Programa Cisternas, e aumentar a capacidade de estocar alimentos para os animais e assim não levar à situação de perda de rebanhos por falta de alimentação”, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Acesso à água – Durante a solenidade, a presidenta Dilma assinou também um decreto que regulamenta o Programa Cisternas e diminui a burocracia para a contratação e o repasse de recursos para a construção de tecnologias de captação de água para consumo humano e para a produção de alimentos. Com as mudanças, os contratos para construção de cisternas poderão ser feitos de forma direta, desde que elas sejam executadas pelas próprias comunidades junto com instituições locais não governamentais e redes oficiais de pesquisa. As novas regras permitem um repasse de recursos mais ágil e sem burocracia.

Segundo Campos, a alteração das regras vai apoiar o cumprimento da meta de universalização do acesso à água estabelecida pelo Plano Brasil Sem Miséria. “Este marco legal vai simplificar os procedimentos de quem executa e garantir a agilidade necessária para que a população que está sendo afetada pela seca possa ter uma capacidade de convivência com o Semiárido melhorada”. Até 2014, o governo federal pretende construir 750 mil cisternas na região.

Ainda durante o lançamento do Plano Safra Semiárido, MDS, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Banco do Brasil assinaram acordo para a implementação de 20 mil tecnologias de acesso à água para a produção da agricultura familiar. A meta do Plano Brasil Sem Miséria é implantar 64 mil tecnologias de captação e armazenagem até 2014.

“Não vou oferecer aqui a ilusão de que os resultados desse plano serão colhidos amanhã, mas garanto que eles virão e que nós temos o compromisso de fazer isso no menor prazo possível”, reafirmou a presidenta Dilma. “Do ponto de vista do governo federal, não vão faltar vontade política e crédito.”

PAA beneficia mais de 800 mil pequenos produtores em 10 anos. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/07/2013

Cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm da agricultura familiar. Para assegurar a comercialização do que é produzido e fortalecer esse importante setor da economia, o governo federal criou, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 10 anos o Programa beneficiou mais de 848 mil produtores familiares entre agricultores, assentados e grupos tradicionais, como indígenas e quilombolas. Neste ano, a previsão é de investimentos na ordem de R\$ 1,35 bilhão no Programa.

Apenas no ano passado, 128 mil famílias comercializaram alimentos por meio dos recursos do PAA operados pela Conab, um aumento de 212,2% quando comparado com o início do Programa. Em 2003, 41 mil famílias foram beneficiadas.

Segundo levantamento da Conab, os recursos aplicados no apoio à comercialização superaram os R\$ 2,5 bilhões nos 10 anos do PAA - verba disponibilizada pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). No início das atividades, o montante registrou a marca de R\$ 83 milhões. Com o aumento do número de atendidos, o governo elevou a verba destinada ao Programa, totalizando R\$ 586 milhões em 2012.

A ampliação registrada pelo Programa acompanha o crescimento do número de projetos aprovados. Enquanto em 2003 foram 65 projetos executados, no ano passado o índice foi superior a 2,6 mil. As ações impactam diretamente na renda dos produtores atendidos. Há dez anos, a média recebida pelas famílias era de R\$1.972,41. Já em 2012, o valor saltou 130% chegando a R\$ 4.553,95.

Representatividade nordestina

Com a agricultura familiar muito representativa no Nordeste, o PAA apresenta resultados expressivos nessa região. Em 10 anos, os recursos passaram de R\$ 31,6 milhões para R\$ 154,9 milhões, beneficiando mais de 250 mil agricultores familiares do Nordeste.

Em uma década, o programa já beneficiou pequenos produtores de 2760 municípios. Além da Companhia, estados e municípios operam o Programa de Aquisição de Alimentos. Os recursos são repassados pelo MDS e pelo MDA. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) também participa da política de apoio à agricultura familiar, na formulação e acompanhamento do Programa.

Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos. Emanuel Alencar – O Globo, Rio. 13/07/2013

Plano Diretor da cidade considera o território carioca exclusivamente urbano

RIO - De um lado, pequenos agricultores que estão há gerações nas encostas Pedra Branca, na Zona Oeste do Rio. Do outro, o Plano Diretor da cidade, atualizado pela prefeitura há dois anos, que, em seu artigo 13, considera o território carioca exclusivamente urbano — ou seja, sem espaço para lavouras. Mas, de acordo com o Sindicato Rural do Rio, 600 famílias sobrevivem da produção de frutas e hortaliças na capital, majoritariamente em bairros da Zona Oeste. Como Luís Carlos Santana, de 64 anos, que cultiva bananas e caquis orgânicos no Rio da Prata, nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, região que já abrigou fornos de carvão, no século XIX, e a monocultura da laranja. O maior receio dele e de outros pequenos produtores da região é ser obrigado a pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que, somado às dificuldades de captação de recursos, pode sufocar a sustentabilidade agrícola local. E um grupo de chefs lembra que essa pequena produção de orgânicos é importante para a mesa dos cariocas.

— Meu avô era carvoeiro, meu pai plantava laranja. E desde menino eu trabalho na roça de banana, sem qualquer incentivo ou certificação oficial. Ajudamos a preservar o parque. Se a gente tiver que sair, vai para onde? Morar numa favela? — questiona Luís Carlos, enquanto caminha por sua roça de banana, que dispensa o uso de defensivos agrícolas.

Um plano de desenvolvimento da agricultura do Rio no local esbarra em uma questão controversa: o uso de áreas de preservação para cultivo. Por ser uma categoria que prevê proteção integral, um parque não permite qualquer tipo de roça. O problema surge quando esses espaços produtivos pertencem a famílias que ocupavam as terras há pelo menos 200 anos — casos comuns na Pedra Branca.

— Os parques cumprem função importante, mas a legislação devia permitir uma flexibilização onde há agricultura consolidada. Há muita dificuldade de diálogo.

Implantar uma unidade intocável onde já tem gente desenvolvendo agroecologia é um problema. Há que se considerar o histórico dessas pessoas. Nossa luta é pelo reconhecimento dessa atividade — afirma o engenheiro agrônomo Márcio Mendonça, da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

Muniz defende fim dos bananais

O secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, por outro lado, é taxativo: nada justifica produção agrícola em parques. Ele defende a erradicação das bananeiras das encostas da Pedra Branca, admite que o Plano Diretor dá margem à cobrança de IPTU em áreas com potencial agrícola, mas afirma que a isenção do imposto aos produtores continuará:

— Essa produção na Pedra Branca não é positiva. É mais importante para a cidade desenvolver aquele ecossistema do que manter ali uma invasão. Nós tentamos que ficasse caracterizado no Plano Diretor a importância de regiões agrícolas na cidade. Mas quem aprova é a Câmara dos Vereadores. Há duas leituras, interpretações distintas. Ao mesmo tempo em que o texto diz que se deve resgatar a vocação agrícola de áreas urbanas, estabelece que o território é integralmente urbano.

O imbróglio levou para o lado dos produtores uma turma de renomados chefs. Teresa Corção, do restaurante Navegador, no Centro do Rio, coordena um movimento em defesa da produção orgânica da Pedra Branca. Ela lembra que, no momento em que a Europa discute a expansão de “cinturões verdes” em conglomerados urbanos, o Rio transita na contramão ao simplesmente negar o seu lado rural.

— Se a pequena produção orgânica acabar no Rio, nossa comida do dia a dia vai vir industrializada, de longe. Perderemos completamente o controle de qualidade. Queremos construir uma relação com esses agricultores, que precisam de reconhecimento. Um dos motivos da escolha do Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 é justamente o compromisso do fornecimento de alimentos orgânicos aos atletas. Estamos muito atrasados nessa discussão — crítica.

O reconhecimento dos produtores passa pela conquista de um documento, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), expedido pela Secretaria de Agricultura do estado. De posse do DAP, é possível vender diretamente os insumos a escolas da rede pública, além de conseguir financiamentos e certificações. Complicador número um: os produtores precisam pagar Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) à União, mesmo morando em áreas formalmente urbanas. Impasse número dois: precisam ter toda a família fixada na terra e viver exclusivamente do sustento agrícola.

— São pré-requisitos muito rigorosos — avalia Júlio Cesar Barros, gerente de Agroecologia e Produção Orgânica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. — Se o Plano Diretor não for alterado, a tendência é que os ITRs sejam transformados em IPTU. E pagar IPTU simplesmente inviabiliza o pequeno produtor.

Inea pede solução negociada

Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), André Ilha reconhece a complexidade da questão. Ele alerta para a necessidade de haver rigoroso controle da expansão de bananais na Pedra Branca — “uma espécie exótica e invasora” —, mas aponta a possibilidade de manutenção de algumas famílias por meio de uma solução negociada. É do Inea a responsabilidade pela gestão do Parque Estadual da Pedra Branca, fundado em 1974.

— Muitos deles estão no parque há gerações e podem ser enquadrados como tradicionais. Em muitos casos, dá para fazer um termo de compromisso estabelecendo direitos e deveres e a permanência na terra com um título precário. Mas, a longo prazo, a tendência é que esses produtores abandonem a área. A banana é exótica e invasora. E o produto chega ao mercado com menos competitividade. Não teremos atitude agressiva com quem está lá há anos. Faremos tudo de forma negociada — diz Ilha.

A deputada estadual Aspásia Camargo (PV) lamenta a falta de espaço para a pequena agricultura na capital. Para ela, o Rio está abrindo mão de sua função agrícola:

— A cobrança integral de IPTU foi uma bandeira do governo Cesar Maia assumida totalmente pela gestão de Eduardo Paes. Temos de introduzir o rural dentro do urbano e salvar rapidamente esse patrimônio. Usar a agricultura orgânica para fazer uma produção de qualidade é desenvolvimento sustentável.

Sebastião Pestana Santos, de 53 anos, outro lavrador da Pedra Branca, diversificou para tentar sobreviver. Jiló, aipim, berinjela, caqui, banana e até murta (planta usada para adornar ambientes) se espalham pelo terreno de 20 hectares. Ele vende a produção no circuito de feitas orgânicas, que inclui bairros da Zona Sul como Glória e Jardim Botânico. Com relação ao futuro, ele se mostra pessimista.

— Se você voltar aqui em 30 anos, vai ver que não sobrou nada. O custo é muito alto. Na safra do caqui eu preciso contratar mão de obra a R\$ 70 por dia. Não consigo financiamento. O terreno está no nome do meu pai, que morreu há cinco anos — conta Sebastião.

No rádio, Dilma promete tornar semiárido região produtiva – O Globo, País. 15/07/2013

Valor Online

A presidente Dilma Rousseff aproveitou seu programa semanal de rádio para explicar na manhã desta segunda-feira o funcionamento do Plano Safra do Semiárido, lançado na última semana, e o Plano Safra da Agricultura Familiar, anunciado anteriormente.

"Nós queremos e temos certeza que podemos tornar o semiárido uma região produtiva, gerando trabalho e renda para os agricultores o ano inteiro. As populações que vivem

nas regiões semiáridas do nosso país não podem ficar condenadas a sofrer perdas e passar tantas dificuldades a cada estiagem", disse a presidente ao comentar o plano voltado para atender a região mais fortemente atingida pela seca. "Estamos criando as condições para o semiárido nordestino conviver de fato com a seca", enfatizou a presidente.

A presidente afirmou também que o Plano Safra da Agricultura Familiar é "importante para o desenvolvimento harmonioso" da sociedade e destacou a segurança e proteção aos pequenos agricultores com a execução do programa, sobretudo ao garantir a comercialização da safra. "Com a agricultura familiar, nós ampliamos a produção sustentável de alimentos para todos os brasileiros. São produtos de qualidade", disse Dilma.

A presidente disse que o Plano Safra da Agricultura Familiar totalizará R\$ 21 bilhões para financiamento, custeio e investimentos do setor. Já o Plano Safra do Semiárido prevê R\$ 7 bilhões para financiamento do custeio da safra 2013/2014.

Agricultores familiares do Nordeste poderão ter dívidas perdoadas – Site do MST. 17/07/2013

Da assessoria do deputado Valmir Assunção

Já está nas mãos da presidenta Dilma Rousseff a Medida Provisória (MP) 610/201, aprovada no Senado Federal no último dia 11/6. Se sancionada, os agricultores familiares com operações de crédito contratadas entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2004, através de Cédulas de Produto Rural do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), terão suas dívidas perdoadas.

A possibilidade vem da emenda proposta pelo Deputado Valmir Assunção (PT-BA), transformada no artigo 47 da Medida. "Durante os anos de 2003 e 2004, um dos mecanismos autorizados pelo PAA foi o da compra antecipada de alimentos, mediante assinatura de Cédulas de Produtor Rural. Conforme relatórios da Conab, os beneficiários plantaram os produtos previstos, mas, devido às secas, pragas, ou excesso de chuvas, 44% dos contratantes tiveram perdas parciais e 29% tiveram perdas totais da produção", explica Valmir Assunção.

Segundo o deputado baiano, foram 44.544 de agricultores contratantes do PAA no período, sendo que 58% estão na região Nordeste. "Já se tentou solucionar as dívidas, mas as medidas se tornaram insuficientes, pois os encargos são superiores aos praticados pela agricultura familiar. Além disso, o valor médio das dívidas corrigidas é inferior a R\$ 10 mil, o que justifica a remissão", completou Valmir.

O deputado ainda informa que a União já tomou medidas parecidas, em situações semelhantes, como na edição da MP 449/2008, que foi transformada nas leis 11941/2009 e 12249/2010.

Cacau

Também ficarão prorrogados, até o dia 31 de dezembro de 2014, os prazos de liquidação das dívidas das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, cujo risco parcial ou integral seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil.

“Esperamos que a presidenta Dilma sancione estas emendas que, com certeza, beneficiam a centenas de agricultores baianos”, disse o deputado.

Conab firma acordo com Banco da Amazônia para impulsionar ações do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/07/2013

Os agricultores familiares de região Norte terão maior facilidade para acessar os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco da Amazônia (BASA) firmaram acordo de cooperação para abertura e manutenção de contas relativas às operações do PAA.

Pelo acordo, o banco só poderá fazer movimentações financeiras visando ao pagamento das organizações de agricultores familiares mediante autorização da Companhia, por meio das Superintendências Regionais.

Segundo a Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar da Companhia, a parceria irá facilitar o acesso dos agricultores familiares ao Programa, o que impulsionará o crescimento do PAA na região.

“O Banco da Amazônia é uma das principais instituições parceiras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Amazônia Legal”, explica o superintendente da Conab no Pará, Moacir Rocha.

Desembolsos de crédito rural atingem R\$ 139,7 bi em 2012/13. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013

A contratação de crédito pelos produtores rurais na safra 2012/13 chegou a R\$ 139,7 bilhões, superando as expectativas, informou ontem o Ministério da Agricultura. O montante disponibilizado inicialmente para financiar a produção agrícola no país era de R\$ 133,2 bilhões.

Do montante total desembolsado, R\$ 122,68 bilhões foram destinados à agricultura empresarial, 6,4% acima dos R\$ 115,25 bilhões previstos inicialmente. Para a agricultura familiar, o desembolso foi de R\$ 17 bilhões, ou 94,6% dos R\$ 18 bilhões disponibilizados. A quantia é 32% superior à contratada na temporada 2011/12.

Os empréstimos para custeio e comercialização superaram em 5,5% os R\$ 86,95 bilhões programados, somando R\$ 91,76 bilhões no período. As contratações destinadas a investimentos alcançaram R\$ 30,91 bilhões, 9,3% acima do previsto.

Uma linha que teve destaque foi o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com recursos do BNDES, destinado à aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Os desembolsos totalizaram R\$ 11,5 bilhões na safra 2012/13, quase o dobro dos R\$ 6 bilhões programados e também quase o dobro do desembolsado no ciclo anterior.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, destacou também, entre os programas de financiamento, o Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que emprestou R\$ 2,9 bilhões para a produção com a adoção de práticas sustentáveis. O valor corresponde a 88% dos R\$ 3,4 bilhões disponibilizados para a safra 2012/13 e a 94% do montante financiado no ciclo anterior.

Os dados mostram que o ABC ainda está bastante concentrado no Banco do Brasil, um dos dois bancos que trabalham com a linha - o outro é o BNDES. Do total emprestado, R\$ 2,6 bilhões saíram do BB, bem acima do R\$ 1,5 bilhão inicialmente previsto. O restante, R\$ 370 milhões, foi emprestado pelo BNDES, que disponibilizou R\$ 1,9 bilhão.

O ministério informou que a linha de crédito BB Agroindustrial, do Banco do Brasil, para a comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários adquiridos diretamente de produtores ou cooperativas, desembolsou R\$ 12,9 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 6,4 bilhões de 2011/12.

Desembolsos do Pronaf somaram R\$ 19,2 bi na safra passada. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 29/07/2013

Pela primeira vez desde 2003, os desembolsos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), superaram o valor inicialmente disponibilizado.

Ao todo, foram disponibilizados R\$ 18 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/13 e foram contratados R\$ 19,2 bilhões em 2,2 milhões de contratos. Na safra 2011/2012, os desembolsos atingiram R\$ 14,2 bilhões num total de 1,5 milhão de contratos. Assim, o aumento real dos recursos em 2012/13 foi de 35% e dos contratos, de 44%.

O governo considerou positiva a procura maior para linhas de investimento. Do total contratado na safra, cerca de R\$ 11 bilhões foram destinados ao Pronaf Investimento. "Essa é uma ótima notícia. Quer dizer que o produtor buscou aumentar sua produção e não somente custear sua safra. Esse movimento deve causar uma alta na produção e um consequente reflexo positivo em outros setores da economia", afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

A linha de crédito, que serve para financiar a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, registrou mais de 1,5 milhão de contratos firmados.

Os outros R\$ 8,1 bilhões foram empregados no Pronaf Custeio, que financia atividades de beneficiamento, industrialização ou comercialização da produção própria e/ou de terceiros. Nessa modalidade, mais de 688 mil contratos foram assinados.

No lançamento do plano, em julho de 2012, os juros nas operações de custeio foram reduzidos de 4,5% para 4% ao ano, nos empréstimos entre R\$ 20 mil e R\$ 80 mil. No restante das operações, os juros se mantiveram entre 1% e 3%. O teto de renda para enquadramento no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) foi ampliado de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil ao ano.

Apesar de não fazer projeções para a próxima safra, Vargas estima que dificilmente o valor contratado na safra atual ficará abaixo do registrado na temporada 2012/13. "Nossa expectativa era emprestar R\$ 17 bilhões dos R\$ 18 bilhões disponíveis. Com a safra 2013/14 disponibilizando R\$ 21 bilhões, podemos ter um desempenho melhor, mas vamos esperar para ver como o mercado vai se comportar", disse Vargas.

Para tentar reduzir o impacto da seca na produção nordestina, o governo também criou no atual ciclo um Plano Safra do Semiárido, com condições de financiamento ainda mais atrativas e diferenciadas do resto do Brasil. Para os agricultores familiares, as taxas cobradas nas linhas de custeio cairão de 1,5% a 3,5% para 1% a 3%, a depender do valor contratado. Nas linhas para investimento, os juros vão oscilar entre 1% e 1,5% ao ano, ante uma faixa anterior de 0,5% a 2%.

"Com as reduções, os produtores terão melhores condições para manter seus investimentos e manter sua produção atual. Geralmente, os investimentos são feitos em fatores que permitem aumentar a produção, incorporando capacidade de logística, máquinas, ordenhadeiras, ampliando o rebanho e industrializando a produção", afirmou.

Programa da União completa dez anos garantindo renda a agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/07/2013

Em julho, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) completa dez anos. Durante este tempo, mais de três milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar foram adquiridos pelo Governo Federal por meio do programa. A iniciativa assegurou renda a quase 200 mil produtores rurais. O volume anual de recursos aplicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou de R\$ 143 milhões em 2003 para R\$ 970 milhões em 2012. Um crescimento de 580%.

Somente na safra 2013/2014, a União vai investir R\$ 1,2 bilhão no programa. "São poucos os governos que usam compras públicas para incentivar a produção da agricultura familiar. Só para o PAA e o Pnae - Programa Nacional da Alimentação Escolar - o governo liberou, este ano, mais de R\$ 2 bilhões, somando o que está no

orçamento do MDS, no orçamento do MDA e os 30% que o FNDE destina à merenda escolar”, ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

Movido pelo sucesso de seus companheiros, Agostinho Alves de Souza, 50 anos, conheceu o funcionamento do programa em seu assentamento e resolveu participar. O agricultor, que vive há dois anos no Assentamento Pequeno Willian, em Planaltina (DF), vendeu, há pouco, sua primeira remessa de produtos para o PAA. Ele planta hortaliças: alface, rúcula e cebolinha. “Eu vi que posso melhorar minha renda, ter certeza de que vou ter um dinheirinho todo mês e sustentar minha esposa e meu filho”, declara.

Agostinho ficou por 10 anos atuando no Movimento Sem Terra (MST) e agora conseguiu seu espaço no assentamento onde afirma que pretende viver pelo resto da vida. Ele atribui essa vontade às melhorias dos programas do governo federal voltadas para os agricultores. “Chega um momento na vida que a gente percebe que já fez bastante pelo próximo, como eu fiz no MST, e passa a pensar em si, na sua família”, observa.

O agricultor cuida, juntamente com outra família do assentamento, de oito canteiros com variadas hortaliças. Ele conta que colhe duas vezes por semana e vende tanto para o PAA, como para feiras da região. “Toda terça e quinta a gente leva produto pras feiras e não sobra nada”, relata.

Como funciona

O PAA beneficia agricultores com a garantia da comercialização dos seus produtos. Além de garantir mercado com preços justos, o PAA valoriza a cultura alimentar local. Parte dos alimentos é adquirida pela União diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Variedades

Por meio do programa, houve o aumento na variedade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. São mais de três mil itens diferentes, sendo que os principais são: leite e derivados (28%), hortaliças (16%), frutas (12%), seguidos por feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas.

Como comprar

A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

Quem executa

O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com parceria de estados, municípios e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Programa de crédito da agricultura familiar brasileira é referência para Tanzânia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/07/2013

Representantes da organização sem fins lucrativos FSDT (*Financial Sector Deepening Trust*) da Tanzânia, país da África Oriental, estão em Brasília para conhecer os programas de agricultura familiar brasileira e os mecanismos de crédito agrícola do país. O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini, e o diretor de Financiamento e Proteção à Produção da SAF/MDA, João Luiz Guadagnin, apresentaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos visitantes na tarde desta quarta-feira (31).

Para o grupo, que busca referência na experiência de sucesso brasileira, Bianchini explicou os critérios de identificação da agricultura familiar no país que possui mais de quatro milhões de unidades produtivas. “O Pronaf é a principal política pública de crédito oferecida pelo MDA. Na safra atual, o programa dispõe de R\$ 21 bilhões para as linhas de crédito, que são amparadas por seguros, pela política de proteção ao preço, além da assistência técnica e extensão rural e dos mecanismos de comercialização”, pontuou o secretário.

“É importante também o diálogo com as organizações dos agricultores familiares para que tanto o governo federal quanto os produtores entendam as possibilidades de avanço”, acrescentou João Luiz Guadagnin.

O especialista em finanças rurais da FSDT, Renatus Mushi, observa: “Mesmo a Tanzânia sendo um país bem diferente do Brasil, temos interesse em saber como foi o processo de desenvolvimento do Pronaf, que é um exemplo, e os desafios para nos preparar em nosso país”. Também estavam presentes o especialista em finanças rurais Mwallu Mwachang’a e do Comitê de Investimento, Abdiel Abayo.

A organização da Tanzânia recebe doações dos governos do Reino Unido, Canadá, Holanda, Suécia e da própria Tanzânia por meio do Banco Mundial que ajudam nas pesquisas de desenvolvimento de pequenas e médias empresas, agricultura e novas tecnologias. O objetivo é promover incentivos para a população ter acesso a serviços bancários e desenvolver um sistema financeiro sustentável.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa